



Indígenas guaranis fazem vigília contra projeto de lei do marco temporal, na Terra Indígena Jaraguá, na zona norte de São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Projeto do marco temporal tem brecha para garimpo em terras indígenas

Proposta deve ser votada na Câmara hoje em mais uma derrota à política ambiental do governo

João Gabriel

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados pode votar nesta terça-feira (30) o projeto de lei do marco temporal, ampliando a série de derrotas da política ambiental que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sofre no Congresso.

Além de instituir a tese do marco, o texto da proposta, se aprovado, cria dispositivos que flexibilizam a exploração de recursos naturais e a realização de empreendimentos dentro de terras indígenas.

Ambientalistas e o movimento indígena criticam o projeto e veem brechas para permitir garimpo, atividade agropecuária, abertura de rodovias, linhas de transmissão de energia ou instalação de hidrelétricas, além de contratos com a iniciativa privada e não indígena para empreendimentos.

Entidades do setor também entendem que a proposta dificulta o processo de demarcação dos territórios, esvazia a consulta aos indígenas e diminui os instrumentos de proteção a indígenas isolados.

Durante sua participação

no Acampamento Terra Livre deste ano, ocasião em que assinou a demarcação de seis novas terras indígenas, Lula também ergueu uma faixa contra o marco.

Como mostrou a Folha, o projeto de lei do marco temporal avançou como uma estratégia do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para se antecipar ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre este tema.

A tese do marco, defendida pela Frente Parlamentar da Agropecuária, institui que as terras indígenas devem ser restringir à área ocupada pelos povos na data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os indígenas refutam a ideia e argumentam que, pela Constituição, lhes é de direito seus territórios originais, não restritos a uma determinada data.

Lira e a bancada ruralista tentam avançar com a proposta Legislativa antes do julgamento no Supremo, marcado para junho. Na Corte, a tendência é que a tese seja refutada.

A urgência ao projeto de lei do marco temporal foi apro-

vada na quarta-feira (24), no mesmo dia em que o Congresso impôs derrotas à política ambiental das ministras Sônia Guajajara (Povos Indígenas) e Marina Silva (Meio Ambiente).

Na ocasião, parlamentares avançaram com a medida provisória que desidrata as duas pastas e com o projeto de lei que afrouxa a proteção à mata atlântica e amplia a anistia por desmatamento, além do marco temporal.

A urgência ao projeto do marco foi aprovada com facilidade por Lira, por 224 votos contra 131. O governo liberou sua bancada — ou seja, não orientou como a base deveria se posicionar.

Lideranças indígenas cobram que Lula se posicione e atue mais fortemente para evitar que a pauta avance. Também prometem protestos em Brasília e em outras cidades contra a proposta.

A Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e o ISA (Instituto Socioambiental) publicaram notas técnicas elencando uma série de pontos críticos do projeto.

O texto do marco temporal, originalmente, não tra-

tava da tese, mas sim transferência para o Poder Legislativo a prerrogativa de demarcação dos territórios.

A ele foram juntadas propostas que incluem, além do marco, a possibilidade de realização de empreendimentos e exploração de recursos naturais das terras. A versão atual, que ainda pode ser alterada, cria um capítulo sobre "uso e gestão das terras indígenas".

Nele, o Congresso poderá autorizar a exploração de "recursos hídricos e potenciais energéticos"; "pesquisa e lavra das riquezas minerais"; garimpo desde que "obtida permissão da lavra garimpeira" e "instalação em terras indígenas de equipamentos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos".

A proposta permite ainda que esses empreendimentos sejam "implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou ao órgão indigenista federal competente". E prevê que, para atividades econômicas, "inclusive agrossilvopastoris", será "admitida

a cooperação e contratação de terceiros não indígenas".

Procurado, o relator do texto, Arthur Maia (União Brasil-BA), não respondeu.

Segundo o entendimento da Apib, o projeto "também autoriza qualquer pessoa a questionar procedimentos demarcatórios em todas as fases do processo (inclusive os territórios já homologados), flexibiliza a política indigenista do não contato com os povos indígenas em situação de isolamento voluntário e reformula conceitos constitucionais da política indigenista".

A nota técnica da articulação é assinada pelos advogados Mauricio Terena e Thiago Scavuzzi de Mendonça.

O ISA diz que a proposta é "uma das mais graves ameaças aos povos indígenas do Brasil" e "poderá inviabilizar demarcações de terras indígenas".

O instituto elenca sete principais problemas do texto, inclusive a instituição do marco temporal. A nota técnica é assinada por Juliana de Paula Batista, Mauricio Guetta e Márcio Santilli, ex-presidente da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

Entenda a proposta

A TESE
O marco temporal determina que a demarcação dos territórios indígenas deve respeitar a área ocupada pelos povos na promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988.

A CRÍTICA
Os movimentos indígenas discordam da tese e afirmam que, em 1988, seus territórios já haviam sido alvos de séculos de violência e destruição de aldeias; portanto, entendem que as terras que são de direito dos povos não devem ser balizadas por uma data.

OSTF
O Supremo pautou para 7 de junho a retomada do julgamento que vai decidir se a tese é válida ou não. Até agora, o ministro e relator Edson Fachin votou contra o marco. O ministro Kassio Nunes Marques, a favor.

O PROJETO DE LEI
Paralelamente, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei que institui o marco temporal. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tenta aprovar o texto antes do julgamento do STF.

Sônia Guajajara estuda atuação conjunta com Dino para demarcar áreas de povos originários

Raquel Lopes

BRASÍLIA A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, estuda a possibilidade de trabalhar em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública na demarcação de terras indígenas caso uma MP (medida provisória) retire da sua pasta parte dessa atribuição. Na sua visão, isso enfraqueceria a pasta.

"Considerando que estamos num governo em que o ministro [Flávio Dino] tem a compreensão sobre essa importância e temos o compromisso de Lula, não há perdas danosas nesse sentido porque o presidente Lula garantiu que o que está da parte dele vai se cumprir, que é destravar e garantir as assinaturas das demarcações de terras indígenas", afirmou em entrevista à GloboNews, na noite de domingo (28).

A MP da reorganização da Esplanada foi aprovada na quarta-feira (24) em uma co-

missão mista formada por deputados e senadores. O texto, de autoria do líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões Jr. (AL), desidratou a política ambiental do governo com a transferência de competências das pastas de Povos Indígenas e do Meio Ambiente para outros órgãos.

Guajajara disse acreditar que a reação do Congresso é de cunho político em relação ao governo do presidente Lula, mas também um combate à participação de mulheres nesses espaços. Ela deu a entrevista junto com Marina Silva, do Meio Ambiente.

"É também um racismo impregnado porque racismo não é só contra pessoas negras. Também acontece com indígenas, é um Congresso que destila o seu machismo, racismo e toda essa raiva contra o governo Lula", destacou.

Lideranças indígenas e ambientalistas cobram do presidente empenho para reverter a decisão do Congresso, que na



A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, em evento do BNDES no Rio de Janeiro Marcelo Fonseca - 15.fev.23/Folhapress

“ Não há perdas danosas nesse sentido porque o presidente Lula garantiu que o que está da parte dele vai se cumprir, que é destravar e garantir as assinaturas das demarcações de terras indígenas

Sônia Guajajara ministra dos Povos Indígenas

última semana também impôs outras derrotas à agenda com a aprovação de uma MP com trechos que afrouxam a preservação da mata atlântica e a votação da urgência de um projeto que dificulta a demarcação de terras indígenas.

Na sexta-feira (26), Lula se reuniu com as duas ministras. Integrantes do governo afirmam que o encontro foi produtivo e que a fala de Marina resultou na diminuição da temperatura após as derrotas no Legislativo.

No governo, o temor é que, caso haja esforço efetivo do governo para que o Senado altere pontos, a Câmara decida retaliar o Planalto e deixe a MP da reorganização da Esplanada dos Ministérios perder validade. Na prática, isso implicaria na volta da estrutura administrativa de Bolsonaro.

A proposta ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado e ter sua tramitação concluída até 1º de junho. O objetivo no governo é tentar amenizar as mudanças.

Ministros de Lula tem rejeitado a ideia de recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar manter a estrutura ministerial defini-

da pelo governo em janeiro.

No caso da demarcação de terras indígenas, já há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo que questiona a alteração de tutela do tema.

Embora não demonstre por enquanto disposição de brigar contra a ala majoritária da Câmara, Lula e aliados próximos estão preocupados com a crise com Marina tenha uma repercussão internacional negativa.

Também na entrevista à GloboNews, Marina afirmou que a sinalização do Congresso sobre a pauta do meio ambiente nesta semana pode ser ruim para o comércio exterior.

"Temos que enfrentar o problema a médio e longo prazo em relação à mudança do clima. Tem uma outra questão que é nossa agenda de investimento, tem vários investidores considerando o Brasil um país de dificuldade de investimento em função dessas sinalizações que estão sendo dadas pelo Congresso. Estamos negociando a finalização do acordo União Europeia e do Acordo, todas essas sinalizações são muito difíceis para os resultados", afirmou a ministra.